

# Estado terá a Codesa com receita 50% menor

Walter Conde

O Governo do Estado ainda não sabe como vai fazer para suprir a perda de 50% do faturamento bruto da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que somente no ano passado ficou em US\$ 35,6 milhões (Cr\$ 59,85 bilhões), que virá após a aprovação pelo Congresso Nacional da modernização do sistema portuário nacional. Esse faturamento a ser suprimido é proveniente de uma taxa portuária cobrada junto aos demais portos privados capixabas, em uma espécie de "imposto". Essa constatação, no entanto, não faz com que o Governo estadual tente desistir da estadualização da Codesa. Nesta entrevista, o governador Albuino Cunha de Azeredo esclarece alguns pontos discutidos em diversos segmentos da sociedade capixaba, e até então não explicados por uma autoridade estadual. O governador chega a dizer que, mesmo com a perda de 50% do faturamento, o Estado não pretende tentar outro tipo de estadualização portuária, como por exemplo o rentável porto de Tubarão. Para ele, o interesse de Minas Gerais em ter parte do Porto de Vitória não significa um avanço mineiro sobre o território capixaba, porque haverá um conselho administrando a Codesa.

— Quando o sr. assina a estadualização da Codesa, uma vez que o secretário Nacional dos Transportes (José Henrique D'Amorim) chegou a afirmar que esse processo ocorreria antes do Carnaval?

— Antes de viajar (aos Estados Unidos) mantive um contato com o secretário Nacional dos Transportes e ele me disse que o processo está avançando. Não fixamos data, porque existem algumas questões jurídicas que a assessoria do secretário do Desenvolvimento Econômico está discutindo em Brasília, como por exemplo como é que ficará o remanescente da Codesa. Porque ela permanecerá durante um período ainda. Então, não posso mais fixar uma data, uma vez que é o próprio ministro que poderá fixá-la, haja vista que é uma transferência da União para o Estado.

— Alguns setores da economia capixaba questionam o interesse do Estado em participar da administração da Codesa. O sr. poderia explicar claramente qual é o interesse?

— Olha, o Estado já foi participante. A União encampou a Codesa e não pagou ao Governo do Estado. Acho estranho aqueles que perguntam por que o Governo quer participar. O Governo tem uma parcela na Codesa, porque foi acionista majoritário no passado e além do mais nós queremos preservar os interesses regionais, não apenas os interesses do Estado. O que nós estamos buscando é fazer com que a Codesa sirva aos interesses regionais, como do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, e que não venha servir como vaso comunicante para subsidiar investimentos em outros setores, em outras áreas, como foi no passado.

— Segundo o projeto de lei número 08, que está em circulação no Congresso Nacional, está prevista a modernização portuária, onde acaba uma tarifa cobrada pela Codesa aos portos privados no Estado e é hoje responsável de 50% da receita. Como o sr. pretende gerenciar isso, uma vez que o aumento de tarifa, para compensar a perda de receita, representará também perda de competitividade com os portos do Rio de Janeiro e de Santos (SP)?

— Essa é uma das questões que estão sendo discutidas pela nossa assessoria técnica. Não estamos dispostos a elevar as tarifas, uma vez que elas já estão sendo questionadas. Vamos encontrar uma fórmula, através de redução de custos ou de outro mecanismo. Realmente ainda não sei, uma vez que essa questão foi colocada pelo secretário do Desenvolvimento (Paulo Augusto Vivacqua) antes de viajar. É uma questão que estamos discutindo, ou seja, como será assegurado o equilíbrio financeiro com a redução dessa taxa.

— Não seria mais vantajoso, em termos econômicos, o Governo tentar a estadualização do porto de Tubarão, ao invés da Codesa, por exemplo?

— Como o porto de Tubarão pertence à Vale do Rio Doce, que tem interesses que transcendem ao Espírito Santo, não tenho dúvida de que essa empresa interessa hoje consolidar o Corredor de Exportação. Consequentemente, a Vale tem interesses que vão além do Espírito Santo, como em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Quando nós falamos na estadualização da Codesa, por que tudo isso? Ora, porque a Codesa e a Escelsa ajudaram e bancaram outros Estados. A Escelsa foi lucrativa demais e o que foi feito com os lucros dela? Foram usados para Tucuruí, fazer Itaipu. Ora, nós procuramos fazer uma reinversão aqui dentro do Estado. Então, é por isso que defendemos a estadualização da Codesa e da Escelsa. Não é para controle do Estado, quero deixar bem claro, mas deixar um gerenciamento integrado entre usuários, portuários e o Estado. Formando um tripé.

— Não acha que existe um risco de hegemonia por parte da Vale do Rio Doce, uma vez que ela já tem o transporte férreo, tem a companhia de navegação e terá também participação na Codesa?

— Não, não. Porque ela não participará sozinha da Codesa. Os outros usuários também participarão. Então, não há esse risco. Acho que a Vale, nesse Corredor de Exportação, é a peça fundamental. Não sozinha, e nem ela deseja também sozinha. Precisamos de outros terminais privativos e não tenho dúvida em considerá-la como aliada fortíssima.

— O fato de outros Estados participarem da administração da Codesa, avançando sobre o território capixaba, não faz com que o Espírito Santo perca um pouco do controle da situação?

— Depende da abertura que nós vamos dar. Se participa de um conselho... Nós queremos é buscar parceiros e não queremos gerenciar sozinhos. Os Estados são parceiros nossos.

— Os trabalhadores da orla portuária andam reclamando, dizendo que estão há mais de dois meses procurando uma audiência com o sr. para discutir a questão e não conseguem. Eles terão assento na futura administração da Codesa?

— Terão. Até antes de viajar, eu pedi ao Paulo Augusto (Vivacqua) que conversasse com o Sindicato, dizendo que depois da viagem vou procurá-los. Até pedi ao Paulo Augusto que marcasse. Só que no dia que ele marcou tive de viajar a Brasília, mas vou conversar com eles, porque essa questão passa por uma discussão com os portuários.

— A estadualização é a mesma coisa que administração tripartite? Existe diferença?

— E. A estadualização para nós é o mesmo modelo tripartite que discutimos com os portuários. O que quer dizer: Estado, usuários e portuários. Não é estadualização para o Estado tomar conta sozinho, não.